

**Aviso n.º 8353/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alice de Pina, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 15/06/1960, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Março de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 8029/2008****Lista n.º 4/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 11 de Fevereiro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Ivanete das Dores Dias de Paula	12-07-75
José Sebastião Rondon Gonçalves	20-01-69
Ivana Santos Libanio Amaral	23-07-64
Marlene Tavares Renes Furtunato	12-10-80
Silvio Vaz da Silva	17-02-60
Fatima Barbosa de Oliveira	24-08-67
Amauri Leite Fonseca	05-08-64
Lídia de Paulo Pereira	17-11-69
Gabriel Souto Maior da Costa Pinto	31-12-84
Miltom Fernandes Oliveira	28-03-65
Neuraci Cabral Oliveira	11-08-73
Nerzi Dias Ferreira	07-05-70
Elisabeth Silva Ferreira	10-11-76

28 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 8030/2008**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 11 de Fevereiro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de Nascimento
Eliel Henrique Matias da Silva	20-01-89
Fernando José Moreira Bignon	06-07-70
Olicindo Ferreira Morais	30-08-75
Camila Ribeiro Cossermelli	28-07-89
Alex-Sandra Salvelina Cantanhede	07-04-81
Marcela Aparecida Moura Silva	04-05-82
Edio Rodrigues de Ramos	05-06-65
Ana Cláudia de Abreu	09-08-65
Marco Antonio Soares Calixto	19-05-65
Erison Cristiano dos Santos Silva	13-07-79
Marcos Fabiano Mendes de Siqueira	25-06-73
Lucélia Carolina Vieira de Siqueira	20-03-79

28 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 8031/2008**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 06 de Fevereiro de 2008, foi concedido o estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República

n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Sebastião Pereira do Nascimento	01-10-57
Ramon de Oliveira Lima	08-04-84
Ionala Lisandro Barcelos Vinand	16-02-76
Lorena Cristina Ferreira Costa Meireles	30-12-79
Max Lânio Feitosa Meireles	22-03-78
Soraia Rodrigues de Jesus	20-04-78
Joaquim Barbosa dos Santos Filho	10-10-67
Robson Batista de Assis	07-12-81
Anderson Farias Metzker	17-04-74
Valeria Miguel da Silva	14-02-67
Jairo Fonseca Duarte	03-11-66
Anésia da Silva Martins	14-03-71
Sumayara Pinto Brandão	15-08-81

28 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho (extracto) n.º 8032/2008**

Por despacho de 04-03-2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência própria constante no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004 de 15.01., com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005 de 30-08:

Verónica Maria Haran Nogueira, Ana Paula Leal da Costa e Mário Luís Magalhães Pedro, Especialistas Superiores de nível 4, da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nomeados definitivamente precedendo concurso nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 290-A/2001 de 17-11, conjugado com o n.º 3 do artigo 4.º e n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89 de 07-12, na categoria de Especialista Superior de nível 3, da carreira de apoio à investigação e fiscalização, do mesmo quadro e serviço.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

6 de Março de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

**Rectificação n.º 582/2008**

Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série n.º 43 de 29 de Fevereiro de 2008, Lista n.º 157/07, Despacho n.º 5543/2008 (2.ª série) relativamente à concessão do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se:

Onde se lê:

	Data de Nascimento
Paulo Silva	06-05-80

Deve ler-se:

	Data de Nascimento
Paulo da Silva	06-05-80

5 de Março de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Rectificação n.º 583/2008**

Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série n.º 43 de 29 de Fevereiro de 2008, Lista n.º 155/07, Despacho n.º 5544/2008 (2.ª série) relativamente à concessão do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da